

André Pacheco

Resumo: Este trabalho pretende compreender o fenómeno da informação social em contexto digital à luz de uma abordagem da Ciência da Informação que defendemos que pode ser enriquecida pela recuperação dos princípios e conceitos da crítica diplomática. Neste sentido, é traçado um breve percurso evolutivo da Diplomática e da Ciência da Informação, por forma a revelar as suas afinidades. Abordam-se ainda os problemas e as implicações da preservação digital, nomeadamente no que diz respeito à salvaguarda das características essenciais da informação, como a autenticidade, a integridade, a fidedignidade, a inteligibilidade e a usabilidade, durante o tempo que for necessário, em estreita articulação com o acesso continuado. Concluímos alertando para o facto de não haver abordagens que nos garantam a autenticidade da informação no longo termo, razão pela qual o ambiente digital ainda não se oferece como um lugar seguro para a preservação da informação confiável.

Palavras-chave: informação digital, autenticidade, Diplomática, Ciência da Informação.

Abstract: This study aims to understand the phenomenon that is social information within a digital framework, based on an Information Science approach that we believe that can be enriched by the reuse of the principles of diplomatic criticism. Consequently, a brief chronological evolution of Diplomatics and Information Science is presented as a means to reveal their affinities. Issues regarding digital preservation are also discussed, in particular the maintenance of information's essential attributes, such as authenticity, integrity, reliability, intelligibility and usability, for as long as necessary, in permanent access. We conclude alerting to the fact that there are yet to exist preservation approaches that ensure information's authenticity over the long term. Therefore, the digital environment cannot yet be considered a safe place for the preservation of trustworthy information.

Keywords: digital information, authenticity, Diplomatics, Information Science.

1. Introdução

A emergência do contexto digital induziu profundas alterações na estruturação das sociedades e no modo como as instituições e os indivíduos interagem. Como consequência natural, a Arquivística, enquanto disciplina que decorre das relações registadas entre estes agentes no decurso da sua atividade, vê-se obrigada a reposicionar-se à medida que os modelos sociais evoluem. Tem sido avançado que vivemos numa 'Era da Informação' (CASTELLS, 2002), pautada pela passagem do enfoque do documento para o enfoque na informação. Por esta razão, encontramos-nos atualmente num período de conturbada discussão teórica quanto à natureza e finalidade da Arquivística, o que nos urge a repensar princípios e conceitos cuja formulação tradicional é questionada pelas especificidades da mundividência digital.

Uma das preocupações centrais da Arquivística sempre foi e continuará a ser a de como garantir a autenticidade e a confiabilidade da informação de modo a comprovar que esta possa fazer fé das atividades de que resulta e que testemunha. A Diplomática pode

constituir um precioso parceiro neste objetivo ao munir o arquivista de conhecimentos teóricos que lhe permitam criticar a forma documental a fim de averiguar a autenticidade e de reunir mais informações sobre o contexto documental. Porém, parece contraditório tentar recuperar os princípios de uma ciência tipicamente documentalista à luz de um paradigma informacional como aquele em que vivemos. Assim, partindo do posicionamento de uma disciplina Arquivística integrada numa Ciência da Informação de eminência social e humana, procuraremos justificar de forma inédita o contributo da Diplomática para o estudo e compreensão da informação social, situando-a no arco de interdisciplinaridade de áreas do saber em torno da Ciência da Informação, ao mesmo tempo que se discute a pertinência dos princípios diplomáticos, tradicionalmente medievais, num contexto digital.

Neste sentido, podemos listar algumas das questões a que tentaremos responder ao longo deste artigo: sobre que conceitos e princípios assentava a Diplomática medieval e moderna para a verificação da autenticidade dos documentos? Serão esses princípios ainda válidos para a documentação contemporânea? Como pode uma disciplina que estuda o documento justificar-se numa era em que valorizamos a informação? Os elementos formais são os mesmos que conhecíamos para o ambiente analógico, ou devemos inventar novos? Até que ponto é que os conceitos tradicionais da Arquivística sobrevivem no ambiente digital? Ainda podemos falar de gestão de documentos? De um mero tratamento técnico da documentação? De original? De documento único? De um documento inalterado, íntegro? E o que caracteriza, atualmente, um documento de arquivo? Serão imagens, vídeos, e outras formas de registar a informação, ou apenas documentos textuais?

1.1. Génesis e maturação da ciência Diplomática

A preocupação com a autenticidade está presente desde que há documentos. No mundo antigo, a certeza de que a ação registada num diploma tinha de facto acontecido era assegurada pela sua preservação em locais particulares, como os templos ou os arquivos. No entanto, uma vez que a autenticidade era uma característica externa ao documento, era relativamente fácil burlar este sistema, começando a circular documentos falsos.

Neste sentido, a Diplomática surge com a necessidade de averiguar a autenticidade dos documentos com uma finalidade puramente prático-jurídica. Os primeiros estudos diplomáticos remontam ao período medieval, nomeadamente com o Papa Inocêncio III, no século XII, e com Petrarca e Valla, nos séculos XIV e XV. Apesar de terem corretamente avaliado a autenticidade dos documentos que estudaram, a crítica diplomática era ainda incipiente do ponto de vista científico. O grande avanço na disciplina ocorreu no século XVII quando Jean Mabillon, num contexto de autênticas guerras diplomáticas em França e na Alemanha, enumerou um conjunto de regras fundamentais para a crítica textual, que designou por Diplomática, assentes nas características e nos processos de formação e de transmissão dos documentos (DURANTI, 2013:4).

Os princípios estabelecidos por Mabillon foram sendo desenvolvidos pelos diplomatas seguintes, como Dom René-Prosper Tassin e Charles Toustain, no século XVIII, que contribuíram para que a Diplomática fosse aprofundada cientificamente à margem do propósito meramente prático do seu berço. Em 1742 foi introduzida no currículo universitário, mas o maior momento de viragem foi a Revolução Francesa, em 1789, após a qual se assistiu ao colapso de várias instituições. A perda da relevância jurídica dos documentos medievais transforma-os em instrumentos de memória e de reconstituição do

passado, ficando a Diplomática refém da História, da qual passa a constituir uma disciplina auxiliar, a par da Arquivística e da Paleografia.

A publicação de catálogos ao longo do século XIX com documentos agregados em função do produtor propulsionou o desenvolvimento de novos princípios críticos e de métodos de análise comparativa. Theodor Von Sickel, o “pai” da Diplomática moderna, através do confronto de escrituras, constatou pela primeira vez que os documentos se encontravam divididos em protocolo, texto e estatocolo (TOGNOLI *et al.*, 2013:208) e Julius Ficker formulou a distinção entre o momento do ato jurídico (*actio*) e o momento da sua documentação (*conscriptio*). O conhecimento destes dois métodos foi preponderante para o amadurecimento científico da Diplomática, estabelecendo as bases de uma crítica documental e de um conjunto de princípios que viriam apenas a ser confirmados por estudos seguintes, sem introduzir grande inovação conceptual (DURANTI, 1989:14).

Apesar destes avanços, a Diplomática continuava ainda restrita ao estudo dos diplomas eclesiásticos e imperiais produzidos durante a Idade Média. Em 1909, o italiano Luigi Schiaparelli defende o alargamento da crítica diplomática à documentação moderna, uma vez que também esta obedecia a normas de redação, repto que viria a ser ecoado pelos diplomatas seguintes, embora com uma finalidade indisfarçada de alargamento das fontes historiográficas, manifestando ainda uma posição de subserviência perante a História. Todavia, também houve quem começasse a defender a autonomia científica da Diplomática e o estudo dos documentos preparatórios, como Alain Bouïard.

Neste sentido, em meados do século XX, Robert-Henri Bautier, defendeu que a Diplomática e a Arquivística partilhavam o mesmo objeto de estudo, o documento de arquivo, ainda que a primeira se interessasse pelo seu processo de formação de modo a enriquecer o conhecimento jurídico, ao passo que a segunda se preocupava com o conjunto documental com vista à sua organização, classificação e inventariação (BAUTIER, 1961:210). Bautier realçou a importância do contexto documental na medida em que a compreensão plena do significado de um documento se torna possível apenas quando ele é confrontado com outros documentos decorrentes da mesma atividade, embora esse conhecimento ainda fosse aplicado para as investigações em História.

No final do século XX, a arquivista italiana Paola Carucci desvendou uma nova face da Diplomática quando aplicou os seus princípios ao estudo da documentação contemporânea. Defendeu que o objeto de análise — a unidade arquivística elementar, onde incluía os documentos preparatórios enquanto participantes no processo de criação, — devia ser estudado de modo a relacionar a tipologia documental com o contexto de produção, no sentido de ancorar as tarefas arquivísticas em conceitos importados da Diplomática. Poucos anos volvidos, Luciana Duranti amadureceu definitivamente esta ideia quando propôs que há um vínculo entre a forma documental, isto é, as regras de representação usadas na transmissão de uma mensagem, e o contexto administrativo. O grande objetivo para Duranti é o de analisar a forma documental e perceber de que modo é que ela reflete a função que os documentos desempenharam e quem os gerou, o que por sua vez permite discernir a autenticidade ao conseguir perceber quais os elementos formais que determinado produtor inculca nos seus documentos no decorrer da sua atividade (DURANTI, 1991:16). Mais tarde veremos como estes conceitos documentais de uma científica *Archival Diplomatics* podem ser integrados numa Ciência da Informação em pleno contexto digital de produção da informação em finais do século XX e inícios do século XXI.

1.2. Definição e enquadramento da Ciência da Informação

Quando falamos na ciência que estuda a informação, incorremos num campo perigoso. A informação está presente em todo o lado. Tudo é informação ou, aliás, tudo é fonte de informação. A existência da uma Ciência da Informação justifica-se pela abordagem a um tipo particular de informação, a informação social produzida pelo ser humano com uma intenção comunicativa, passível de transmissão no espaço e no tempo, que toma por objeto de estudo (SILVA e RIBEIRO, 2008:37). Neste sentido, é um fenómeno social e humano na medida em que compreende duas vertentes: uma etimológica de “in-formar” (dar forma a) ideias e emoções através de representações mentais codificadas; e outra de comunicação dessas ideias, emergindo o processo infocomunicacional. Na passagem de um momento para o outro inscreve-se o documento, enquanto cristalização operada dessa passagem (SILVA, 2006:354).

Um dos pontos mais marcantes é o deslocar do foco do documento para a informação e, consequentemente, da substituição da noção de fundo pela de sistema da informação, numa tentativa de captura de todas as fases do ciclo de vida da informação, desde a sua produção ao seu uso, passando pela transmissão e preservação. Além disso, também procura contextualizá-la nas relações que estabelece com a informação produzida pelo mesmo sistema de informação, bem como por outros, ao mesmo tempo que zela pela salvaguarda das características da informação, tais como a autenticidade, a integridade, a fidedignidade, a inteligibilidade e a usabilidade, ao longo de todo o seu ciclo de vida. A Arquivística abandona a sua conotação única de conjunto de procedimentos técnicos com vista à recolha, tratamento, classificação e avaliação dos fundos, para passar a considerar também a gestão dos procedimentos e dos agentes que presidem a todas as fases do fluxo informacional. Em suma, alarga a sua esfera de ação e assume novas responsabilidades para conseguir dar resposta à fluidez, variabilidade e dinamicidade do fenómeno informacional.

Além disso, quando nos situamos no âmbito de uma Ciência da Informação, estamos a subscrever uma perspetiva que corta com um paradigma dito pré-custodial, de cunho historicista e tecnicista, identificado com os valores arquivísticos pós-Revolução Francesa e que se caracteriza por uma preocupação exacerbada com a custódia, pela prática acrítica da profissão e pela enfatização do valor memória, para abraçar um paradigma pós-custodial que entende a informação como um processo e fenómeno dinâmico, potenciado pelas novas tecnologias, assente no seu estudo e em reflexões científicas (SILVA, 2009:49-50).

Neste sentido, entendemos a Ciência da Informação não como uma amálgama multidisciplinar sem orientação, mas como uma ciência que acolhe no seu bojo disciplinas fundamentais como a Arquivística e a Biblioteconomia, e que integra ao seu redor vários outros campos do saber com abordagens teórico-metodológicas relacionadas, tais como a Informática, a História, as Ciências da Comunicação, a Lógica, a (Psico)Linguística, entre outros. A unidade do núcleo é garantida pela incidência sobre o mesmo objeto, a informação social materializada em suportes e inserida numa dinâmica social de comunicação. Como tal, a Ciência da Informação não se afirma como uma interdisciplina, embora dependa de uma profunda prática trans e interdisciplinar na medida em que o seu objeto é comum a variadas outras ciências sociais.

1.3. Contributos da Diplomática para a Ciência da Informação

Estamos agora em condições de poder abordar um dos aspetos centrais deste artigo que consiste na tentativa de legitimar a Diplomática como uma das áreas do saber — ou interdisciplinas — passíveis de contribuir para o estudo da informação social e humana no âmbito de uma Ciência da Informação. Esta tarefa, à partida, parece inconciliável uma vez que a Diplomática estuda expressamente o documento, ao passo que a Ciência da Informação descarta do seu objeto de estudo o documento para se centrar na informação, embora reconheça o primeiro como veículo documental.

Ora, é precisamente ao nível do veículo que a Diplomática é relevante. A Ciência da Informação, ao fazer emergir o conceito de processo infocomunicacional, assume o interesse no estudo da comunicação, isto é, o modo como a ideia ganha forma a partir da representação mental de modo a ser transmitida. Como foi visto, a Diplomática estuda precisamente as regras de inscrição na informação no suporte, o documento. A estruturação de um documento, ou seja, o modo como a informação está registada, é ela própria fonte de informação na medida em que remete para o contexto de produção e para os códigos sociais que determinaram que as funções das organizações fossem materializadas segundo uma forma documental específica. Neste sentido, assume destaque o contexto jurídico e social que governou a génese documental/informacional, ideias veiculadas tanto por Duranti (1989:14), como por Armando Malheiro da Silva (2006:103).

Além disso, através da análise da forma documental e das características internas e externas dos documentos, a Diplomática pode igualmente ajudar a esclarecer quais os elementos que devem estar presentes para que a informação seja transmitida de forma mais eficiente e eficaz (comunicação). Quando há regras a ditar o processo de formação e a forma dos documentos, a Diplomática é capaz de as identificar através da crítica desses documentos; no entanto, quando não há critérios evidentes neste processo, os princípios e os métodos diplomáticos podem contribuir para a identificação dos elementos ideais que devem estar presentes (DURANTI, 1989:10). Este contributo, que tem vindo a ser desenvolvido pelo Projeto InterPARES, prende-se com a própria gestão da informação, tão preciosa para a Ciência da Informação, especialmente num contexto de produção de documentos digitais absolutamente desfragmentados ausentes de princípios estruturais rigorosos.

De igual modo, e ainda ao nível da gestão, temos a necessidade de a informação constituir evidência das atividades conduzidas por uma organização, tanto como memória, como prova. Do lado da Ciência da Informação, o fator memória está subjacente no cunho social da informação, ao passo que a Diplomática o assimilou no período moderno quando era aplicada para verificar a autenticidade dos documentos que pudessem servir de narrativa histórica. Quanto ao fator prova, a Diplomática surgiu precisamente com o intuito de discernir a autenticidade dos documentos, ao passo que a Ciência da Informação preocupa-se em garantir que a informação que integra o sistema de informação arquivo constitui um testemunho fiel das atividades desempenhadas pelo produtor, de modo a que essa informação possa ser usada para fins legais quando necessário.

Pesando tudo, destacamos uma aproximação natural entre a Diplomática e a Ciência da Informação, não posicionando a primeira no ‘núcleo duro’ da segunda, sem que isso signifique que, tal como muitas outras disciplinas, não possa estabelecer relações de interdisciplinaridade ao nível do estudo da informação social. Distanciamo-nos também

das reivindicações de autonomia científica que cada autor faz da sua área de estudos (Auguste Dumas defende a Diplomática como ciência; Terry Cook defende uma *Archival Science*; Duranti promove uma *Archival Diplomatics*; Armando Malheiro da Silva considera a Arquivística uma disciplina aplicada da Ciência da Informação, posicionamentos que, do ponto de vista teórico, são mutuamente exclusivos), achando mais importante destacar a partilha teórica. Neste sentido, é estabelecida uma ponte entre a Diplomática e a Ciência da Informação — na qual se subentende a Arquivística como uma disciplina daquela — na medida em que se propõe estudar os processos de produção, organização e uso da informação registada e institucionalizada, com vista à salvaguarda de conteúdos autênticos.

2. Em busca da essência de conceitos basilares

De seguida, procuraremos definir alguns conceitos-base que foram colocados em causa durante a transição de paradigma, como seria de esperar em momentos críticos como o que vivemos em que surge uma nova realidade — o contexto digital — que nos faz questionar muitas das nossas práticas e noções seculares. Para isso, mais do que perceber o que mudou, procurámos perceber o que não havia mudado, e que se mantém em essência, ainda que sob manifestações distintas. Só assim podemos tentar esboçar noções diacrónicas estáveis.

Neste sentido, identificámos um documento como informação registada num suporte que lhe confere transmissibilidade no espaço e no tempo, com uma intenção comunicativa. Ao colocarmos o enfoque na informação, estamos a admitir todas as formas físicas que existem ou venham a existir para armazenamento — papel, CDs, hologramas — bem como todas as formas de registo da informação — textual, gráfica, sonora. Adicionalmente, a ressalva de que só constitui um documento a informação registada com uma intenção comunicativa contribui para dissipar as ideias generalizantes de inícios do século XX de que uma pedra num museu poderia ser um documento.

Por extensão, consideramos que um documento de arquivo é informação registada num suporte produzida ou recebida no decorrer de uma atividade institucional ou individual, dotada de conteúdo, contexto e estrutura que permite constituir evidência dessa atividade (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1997:21). Simpatizamos por esta definição por não fazer referência ao suporte, por apontar para o carácter orgânico da informação, enquanto reflexo de atividades institucionais ou individuais, e por reforçar a dimensão da estrutura e do contexto, que constituem fatores modeladores da informação.

No que diz respeito à Arquivística, as últimas décadas têm sido férteis na proliferação de cognomes científicos para esta área¹. No entanto, se olharmos para cada uma a fundo, percebemos que não constituem variantes fundamentais com inovações conceptuais, pautando-se apenas por diferentes pontos de vista relativamente a um mesmo campo de estudos. Por conseguinte, procurámos perceber qual o objeto de estudo invariável da Arquivística. Uma revisão de literatura (TOGNOLI *et al.*, 2013:206) revelou que o mais

¹ Natália Tognoli identifica três abordagens: a Arquivística Funcional, defendida por Terry Cook; a Diplomática Arquivística, avançada por Luciana Duranti; e uma Arquivística integrada proposta por Couture, Ducharme e Rousseau (TOGNOLI, 2012:118). A autora acrescenta ainda uma quarta Arquivística Contemporânea como súmula das três anteriores.

comum é identificar como objeto da Arquivística o documento de arquivo. Discordamos por entender que o verdadeiro objeto é a informação embora, antes do aparecimento do meio digital, esta se diluísse completamente no documento. As novas tecnologias vieram tornar evidente a separação entre documento e informação. Assim, entendemos que devemos salientar que o objeto intemporal da Arquivística é a informação e que esta é transmitida por documentos. Especificando, no âmbito da Ciência da Informação, de eminência social e humana, o seu objeto é a informação organizacional confiável, produzida por uma determinada organização e preservada durante o tempo útil, e em acesso permanente.

Por extensão, postulamos a Arquivística como a disciplina que visa compreender, gerir, otimizar, preservar e garantir o acesso continuado, pelo tempo que for necessário, ao sistema de informação arquivo, no qual circula a informação organizacional, ao mesmo tempo que são assegurados os seus atributos essenciais, através do acompanhamento da informação ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Quanto à Diplomática, descartamos novamente os vários epítetos que a disciplina tem recebido ao longo das décadas, nomeadamente de ‘medieval’, ‘moderna’, ‘contemporânea’ e ‘arquivística’ pelas mesmas razões, ou seja, por entender que não foram os fundamentos basilares da área que mudaram, mas antes uma redescoberta das suas finalidades e do seu âmbito de aplicação. Na verdade, preferimos salientar a existência de uma crítica diplomática exercida sobre o modo como a informação é estruturada e transmitida, quer em documentos, quer em sistemas de informação, conseguindo esta plasticidade diacrónica por colocar o enfoque no estudo conceptual desempenhado pela estrutura formal estável dos documentos — protocolo, texto e estatocolo —, e não nas suas expressões localizadas no espaço e no tempo — os elementos intrínsecos e extrínsecos, que são variáveis.

De resto, esta unidade essencial ao longo dos tempos é revelada pelo facto de os princípios e os métodos formulados no período medieval e moderno por Mabillon, Sickel e Ficker consistirem ainda em grande medida as bases do criticismo textual hodierno.

2.1. Que paradigma pós-custodial?

Gostaríamos agora de aproveitar para apresentarmos algumas reservas em relação ao paradigma pós-custodial. Como visto, a literatura caracteriza-o pelo alto valor dado à informação e à sua dinamicidade, por oposição ao imobilismo documental. Nisto, descarta o conceito de documento de arquivo² por o considerar insuficiente para explicar a nova realidade, numa tentativa de ruptura com o anterior paradigma.

No entanto, defendemos que não é possível descartar este conceito. Ainda que possamos e devamos fazer a distinção entre mensagem (conteúdo) e veículo (documento), e de colocar o enfoque na informação, com todas as suas implicações ao nível da abordagem ao sistema de informação, não nos podemos esquecer de que estas duas realidades estão profundamente interligadas, uma vez que a informação, para existir, carece sempre de um veículo que lhe confira forma e permita a sua comunicação. Por sua vez, o documento, ao constituir veículo de informação socialmente produzida, afirma-se ele próprio como um registo com valor humano e social. A forma documental, ou seja, estrutura empregue para

² Vide os glossários em: CONSULTIVE COMMITTEE FOR SPACE DATA SYSTEMS, 2012 e em SILVA, 2006, dos quais este vocábulo se encontra ausente.

registar a informação, será sempre uma construção que reflete determinado contexto jurídico, situado no espaço e no tempo. Nunca pode ser considerada irrelevante nem isenta porque nada que é humano é neutro.

Neste sentido, entendemos que o veículo comunicacional veicula ele próprio uma informação acrescida e condiciona o modo como a informação é registada. Por esta razão, entendemos que o documento, além de poder ser incluído no âmbito de uma Ciência da Informação enquanto constructo social, é indispensável para entender o modo como a informação é comunicada. Consequentemente, entendemos que o paradigma pós-custodial não deve representar uma rotura com o paradigma custodial, mas tão-só uma continuação deste (UPWARD, 1996:2). E esta é uma lição que a Diplomática nos ensina.

3. A emergência do ambiente digital

Passando para o contexto digital, devemos começar por referir que as profundas modificações ocorridas na segunda metade do século XX, mais do que meras inovações tecnológicas, constituem *a social and cultural phenomenon* (KETELAAR, 2007:170), na medida em que *the mutation in technology changes not simply the archiving process, but what is archivable — that is, the content of what has to be archived is changed by technology* (DERRIDA, 2002:46). Por outras palavras, a própria sociedade, representada pela informação que produz, reformula-se perante o aparecimento de novos meios de registo.

Uma das questões de maior relevo para a arquivística é a emergência de uma terceira vertente constitutiva do documento: o binómio informação-suporte dá lugar à trindade informação-suporte-tecnologia. Isto significa que, para acedermos e produzirmos informação registada num suporte, passa a ser necessária a mediação de uma plataforma tecnológica. Este aspeto levanta à partida várias questões, como a do aparente desaparecimento do suporte físico (BELLOTO, 2014:156; DELMAS, 1996:441), de que discordamos pelo facto de haver sempre uma base física para a existência neste mundo. A nosso ver, o suporte passa a ser o meio digital. Outra questão decorrente da mediação tecnológica prende-se com a vulnerabilidade da plataforma tecnológica, quer ao nível de *hardware* como de *software* que, degenerando ou desatualizando-se, impede-nos de aceder à informação, o que convoca medidas inéditas e porventura controversas de preservação digital, que discutiremos mais tarde.

Outro conceito recentemente surgido que gostaríamos de discutir é o de ‘objeto digital’, por substituição de ‘documento digital’, que se funda numa perspetiva tecnológica que destaca a inscrição binária da informação, diretamente dependente de um suporte tecnológico. Recorrendo ao glossário do *InterPARES 2 Project*, lemos que um *digital record* é entendido como a *digital document that is treated and managed as a record*. Por sua vez, *digital document* é a *digital component, or group of digital components, that is saved and is treated and managed as a document*. Paralelamente, por *digital component* entende-se a *digital object that is part of one or more digital documents, and the metadata necessary to order, structure or manifest its content and form, requiring a given preservation action*. Finalmente, *document* consiste numa *indivisible unit of information constituted by a message affixed to a medium (recorded) in a stable syntactic manner* (InterPARES 2 Project, 2008:16-18).

Desta hierarquia depreendemos que os documentos digitais são objetos digitais, na medida em que são uma realização em código binário, mas que se distinguem destes por se afirmarem como unidades conceptuais com sentido para o ser humano, na medida em que possuem uma estrutura e organização que lhes confere sentido e contexto, de modo a que reflitam as funções organizacionais ou individuais que os geraram. É devido a esta faceta de condicionante social que julgamos fundamental continuar a falar, no âmbito de uma Ciência da Informação, de documento digital, sem cair na tentação de empregar termos genéricos como é o de ‘objeto digital’.

3.1. A verificação da autenticidade da informação digital

A necessidade de verificar a autenticidade da informação prende-se com a própria vertente arquivística que entende os documentos como instrumentos de prova e de memória das atividades que os originaram. De seguida, exploraremos três possíveis vias para abordar o tão premente problema da salvaguarda da autenticidade em ambiente digital, tendo presente que *authenticity is not an ‘all or nothing’ concept, but it is a matter of degree, judged on the basis of evidence* (ISO 16363, 2012:62). Para tal, será necessário encontrar meios de estabelecer a identidade e de demonstrar a integridade dos documentos através de mecanismos de prova (DURANTI e BLANCHETTE, 2004:2).

Como primeira via, identificamos uma abordagem legal que recorre aos critérios previstos na legislação. Focando-nos exclusivamente no quadro legal português, em concreto no Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 88/2009, que o atualiza, vemos mencionado que a autenticação de um documento digital carece de uma assinatura eletrónica qualificada. No entanto, após a expiração dos certificados que a validam (atualmente 5 anos), é referido que o documento passa a ser considerado como nunca tendo sido assinado, perdendo a sua eficácia e valor probatório. Por conseguinte, concluímos que a falta de garantia na cadeia de emissão dos certificados, a par da perda de valor probatório e da eficácia dos documentos — quando apenas devia ser perdida a eficácia, visto que os documentos constituem sempre um testemunho em determinado momento da atividade que os gerou — se afirmam como contratempus que, embora não coloquem entraves ao uso das assinaturas eletrónicas para autenticar documentos para uso imediato, não se revelam um mecanismo seguro no longo termo.

Uma segunda via diz respeito àquilo a que chamamos autenticidade diplomática. Esta abordagem, iniciada pelo Projeto InterPARES, funda-se na possibilidade de, a partir da crítica dos elementos formais dos documentos, poder entrever as funções que desempenham e, neste sentido, demonstrar a sua identidade com um determinado contexto administrativo, ao mesmo tempo que se prova que não foram alterados (integridade). No entanto, como o próprio grupo de trabalho reconheceu, esta empresa esbarrou na imensa plasticidade e aleatoriedade da concepção dos documentos digitais, que impedia a formulação de generalizações conceptuais (INTERPARES 1, 2002:14). Por conseguinte, também esta via se revelou incapaz de garantir, por si só, a autenticidade em ambiente digital.

Por último, foi considerada a autenticidade tecnológica, isto é, dependente do depósito da informação em repositórios. Neste caso, o foco é colocado nas medidas de controlo sobre o repositório que, se cumprir todos os requisitos exigidos por normas internacionais como o modelo OAIS, é considerado confiável e, por extensão, a informação nele contida é autêntica e confiável. Ao nível das normas destacamos o modelo OAIS (aprovado como

norma ISO 14721 em 2003), o TRAC (*Trustworthy Repositories Audit & Certification: criteria and checklist*), ou o TDR (*Audit and certification of Trustworthy Digital Repositories*). Porém, o problema é que, embora um repositório seja certificado no presente, não temos garantidas absolutas de que o repositório será capaz de salvaguardar todos os atributos da informação no longo prazo, nos quais se inclui a autenticidade. Em suma, concluímos afirmando que nenhuma das três abordagens exploradas são capazes de garantir a autenticidade da informação no longo termo, pelo que, por enquanto, ainda não conseguimos dar uma resposta segura a este desafio.

3.2. Preservação digital

A preservação em ambiente digital figura como um desafio incalculavelmente superior face à sua contraparte analógica devido à fragilidade física dos suportes, à inexorável obsolescência tecnológica, à variabilidade e à facilidade de alteração inerente ao próprio ambiente. Perante esta complexidade, a preservação evoca variados planos de contingência para salvaguardar que a informação se mantém autêntica, íntegra, acessível e inteligível, durante o tempo que for necessário, em contextos diferentes que foi produzida. Esses planos de contingência, ou estratégias de preservação, dos quais destacamos a migração de conteúdos, são diversos, incidindo uns na dimensão física da informação, outros na lógica, e outros ainda na conceptual³. Não existe uma estratégia universal ideal, pelo que a preservação terá de ser feita recorrendo a um consórcio de estratégias que se adequem à finalidade da organização em preservar a informação. Neste sentido, percebe-se que a preservação — simplesmente assim dito, abarcando tanto a informação digital, como a analógica — implica mais do que as meras medidas técnicas de proteção do suporte, assumindo uma clara dimensão estratégica ao posicionar-se no plano da gestão da informação, ao nível da adoção de políticas dependentes da missão institucional (PINTO, 2009:34).

Além disso, as estratégias adotadas não se podem limitar a considerar os suportes como até aqui tem sido feito, necessitando de se posicionar perante a abordagem ao sistema de informação, preservando e monitorizando as relações contextuais da informação. Por este motivo, a abordagem é cada vez mais sistémica, compreendendo todas as fases do ciclo de vida informacional, começando desde logo na sua conceção até à sua utilização, aplicando as medidas que garantam a sua acessibilidade ao longo do tempo (PINTO:135). Porém, enfrentamos aqui um possível paradoxo: a salvaguarda da autenticidade requer a integridade mas, em ambiente digital, a acessibilidade depende da constante mutabilidade da informação. Por outras palavras, preservar implica alterar. Apesar de tudo, apenas nos parece um paradoxo se pensarmos em moldes custodialistas tradicionais. Se deslocarmos o foco da salvaguarda da integridade física dos documentos para a preservação da unidade conceptual da informação solucionamos este dilema, cientes de que, em ambiente digital, a integridade assume-se como um conceito relativo a que subjaz uma alterabilidade controlada, dado que *a digital record is never 'finished', never complete, the record <<is always in a process of becoming>>* (MCKEMMISH apud KETELAAR, 2007:183).

Também o conceito de original é abalado pelo enfoque no lado informacional, ao invés do suporte. Geralmente entendido como *the first complete and effective document* (DURANTI, 1991a:9), assistimos cada vez mais à multiplicação de documentos que, embora não sendo os primeiros, possuem toda a eficácia legal. Por exemplo, quando

³ Sobre as dimensões dos 'objetos digitais', cf. THIBODEAU, 2002:6.

recebemos um bilhete por *e-mail*, qualquer cópia que apresentemos desse documento tem eficácia, uma vez que o que interessa é a informação (o código) única que nos foi atribuída. Como tal, começamos a duvidar da pertinência do conceito de original em ambiente digital.

Em suma, não conseguimos apresentar nenhuma resposta conclusiva para a problemática da defesa da autenticidade da informação em ambiente digital. Apesar de tudo, conforme afirmado por Clifford Lynch, será sempre uma questão de confiança (THIBODEAU, 2002:14), uma vez que queremos confiar nas organizações que produzem e mantêm a documentação/informação de que necessitamos para fazer prova dos nossos direitos, sem questionar ou conhecer os seus planos estratégicos de preservação. Todavia, ainda que não conheçamos uma solução resolvida à panóplia de sérios problemas levantados pela salvaguarda da informação digital, estamos certos de que as longas décadas que hão-de vir e que conviverão com o ambiente digital a encontrarão.

Conclusão

Em suma, os princípios e os métodos formulados pela Diplomática medieval e moderna continuam em larga medida ainda válidos para a documentação contemporânea. Por isso, não é senão benéfica a inclusão da Diplomática como uma das disciplinas com contributos para o estudo da informação social no conjunto de saberes interdisciplinares que formam a emergente área da Ciência da Informação, na qual a Arquivística e a Biblioteconomia se sentam ao centro. Este contributo enquadra-se perfeitamente num posicionamento pós-custodial de abordagem ao fenómeno infocomunicacional, na medida em que se centra sobre o veículo que a informação assume para ser transmitida no espaço e no tempo. Assim, assume relevância para uma compreensão mais rica de como é feita a comunicação, visto que a própria forma como a informação é apresentada é ela mesma informativa, enquanto reflexo dos códigos sociais que lhe imprimiram esse cunho.

No âmbito de um novo paradigma pós-custodial, que defendemos que não deve ser visto como uma rotura com o paradigma custodial, mas antes uma continuidade justificada pela pertinência do conceito de documento, o reposicionamento na informação, por substituição ao documento, motivado pelo surgimento das novas tecnologias, que revelaram ser possível clivar o milenar binómio suporte-informação. O novo mediador tecnológico não alterou a natureza da Arquivística, mas tão-só fê-la tomar consciência do seu verdadeiro objeto: a informação. Como tal, a disciplina sobrevive enquanto conceito epistemológico, embora se veja obrigada a adaptar aos tempos. Passa a incluir nos documentos de arquivo todos os testemunhos da atividade humana, incluindo várias formas de registo de informação além das textuais, como fotografias e vídeos; abandona uma inerte função meramente custodialista de conservação e restauro dos suportes físicos, para assumir como missão a preservação do sistema de informação arquivo, ao longo de todo o seu ciclo de vida, adotando as medidas necessárias para garantir a autenticidade, a confiabilidade, a inteligibilidade, a usabilidade pelo tempo que for necessário, preservação essa que acrescenta à componente operacional uma dimensão estratégica envolvida no planeamento organizacional através da seleção das estratégias que mais se adequam à missão; perante a rápida obsolescência tecnológica vê-se obrigada a migrar a informação de modo a salvaguardar o acesso e a inteligibilidade, embora esse processo implique a alteração dos documentos/informação e coloque em causa a proteção da integridade. Como tal, a adaptação é feita colocando deslocando o enfoque do suporte — que é perecível —

para a informação — que é o que desejamos que seja inteligível —, aceitando no conceito de integridade uma alterabilidade controlada; de igual modo, o enfoque informacional aliado à extrema facilidade de replicação dos documentos em contexto digital também provoca uma relativização da noção de original, não havendo mais documentos únicos, mas sim informação singular.

Continua de pé a questão sobre como salvaguardar a autenticidade da informação no longo termo, uma vez que nem o enquadramento legal, nem a abordagem pautada pela crítica diplomática, nem a criação de repositórios digitais conseguem dar uma resposta duradoura. É necessário realizar mais investigação neste sentido, nomeadamente sobre a possibilidade de garantir a autenticidade da informação quando esta é retirada da plataforma tecnológica que a valida, porque é neste contexto que ela é apresentada a terceiros enquanto prova. Outra possibilidade em aberto é a procura da identificação de elementos formais presentes em todos os documentos digitais de modo a uniformizar e facilitar a sua gestão.

Referências bibliográficas

BAUTIER, Robert-Henri

1991 Leçon d'ouverture du cours de diplomatique à l'École des Chartes. *Bibliothèque de l'école des chartes*. [Em linha]. 119:1 (1991) 194-225. [Consult. 21 nov. 2016]. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/bec_0373-6237_1961_num_119_1_449619.

BELLOTO, Heloísa Liberalli

2014 *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CASTELLS, Manuel

2002 *A Era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CONSULTIVE COMMITTEE FOR SPACE DATA SYSTEMS

2012 *Reference model for an open archival information system (OAIS): magenta book*. [Em linha]. Washington, D.C.: National Aeronautics and Space Administration, 2012. [Consult. 21 nov. 2016]. Disponível em: <http://public.ccsds.org/publications/archive/650xom2.pdf> 2012.

DELMAS, Bruno

1996 Manifesto for a contemporary diplomatics: from institutional documents to organic information. *The American Archivist*. [Em linha]. 59:4 (1996) 438-452. [Consult. 21 nov. 2016]. Disponível em: <http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.59.4.kxt762862g11530>.

DERRIDA, Jacques

2002 *Archive fever: a seminar by Jacques Derrida*. In *Refiguring the archive*. Cape Town: Kluwer Academic Publishers, 2002.

DURANTI, Luciana

2013 *From classic diplomatics to digital diplomatics*. Oslo: University of British Columbia, 2013.

DURANTI, Luciana

1991a Diplomats: new uses for an old science: part VI. *Archivaria*. [Em linha]. 33 (Winter 1991) 6-24. [Consult. 21 nov. 2016].

Disponível em:

<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11795>.

DURANTI, Luciana

1991b Diplomats: new uses for an old science: part V. *Archivaria*. [Em linha]. 32 (Summer 1991) 6-24. [Consult. 21 nov. 2016].

Disponível em:

<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/11758/12708>.

DURANTI, Luciana

1989 Diplomats: new uses for an old science: part I. *Archivaria*. [Em linha]. 28 (Summer 1989) 7-27. [Consult. 21 nov. 2016].

Disponível em:

<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/11567/12513>

DURANTI, Luciana; BLANCHETTE, Jean-François

2004 *The Authenticity of electronic records: the InterPARES approach*. [Em linha]. 2004. [Consult. 21 nov. 2016].

Disponível em: <http://polaris.gseis.ucla.edu/blanchette/papers/ist2.pdf>.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES

1997 *Guide for managing electronic records from an archival perspective*. [Em linha]. Paris: ICA Studies, 1997. [Consult. 21 nov. 2016].

Disponível em: <http://www.ica.org/download.php?id=1631>.

INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION

2002 *ISO 16363: Space, data and information transfer systems: audit and certification of trustworthy digital repositories*. Geneva: ISO, 2002.

INTERPARES 1 PROJECT

2002 *Authenticity task force report*. In *The Long-term preservation of authentic electronic records: findings of the InterPARES Project*. [Em linha], 2002, pt. 1, p. 1-34. [Consult. 21 nov. 2016].

Disponível em: http://www.interpares.org/book/interpares_book_d_part1.pdf.

INTERPARES 2 PROJECT

2008 The InterPARES 2 Project glossary. In *International research on permanent authentic records in electronic systems (InterPARES) 2: experiential, interactive and dynamic records*. [Em linha]. Padova: Associazione Nazionale Archivistica Italiana, 2008 [Consult. 21 nov. 2016].

Disponível em:

http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2_book_glos_sary.pdf.

KETELAAR, Eric

2007 Archives in the digital age: new uses for an old science. *Archives & Social Studies: a journal of interdisciplinary research*. [Em linha]. 1:0 (2007) 167-191. [Consult. 21 nov. 2016].

Disponível em: http://archivo.cartagena.es/files/36-168-DOC_FICHERO1/10-ketelaar_archives.pdf.

PINTO, Maria Manuela

2009 *PRESEVMAP: um roteiro da preservação na era digital*. Porto: Edições Afrontamento; CETAC.MEDIA, 2009.

SILVA, Armando Malheiro da

2009 Arquivologia e gestão da informação/conhecimento. *Informação & Sociedade: Estudos*. [Em linha]. 19:2 (2009) 47-52. [Consult. 21 nov. 2016].

Disponível em:

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/26548/2/MalheiroArquivologiaGestaoInfo00108143.pdf>.

SILVA, Armando Malheiro da

2006 *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico*. Porto: Edições Afrontamento; CETAC.COM, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda

2008 *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

THIBODEAU, Kenneth

2002 Overview of technological approaches to digital preservation and challenges in coming years. In *The state of digital preservation: an international perspective*. [Em linha]. Washington, D.C.: Council on Library and Information Resources, 2002, p. 4-31. [Consult. 21 nov. 2016].

Disponível em: <http://doi.org/10.1353/pla.2003.0087>.

TOGNOLI, Natália

2012 A Informação no contexto arquivístico: uma discussão a partir dos conceitos de informação-como-coisa e informação orgânica. *Informação Arquivística*. [Em linha]. 1:1 (2012) 113-122. [Consult. 21 nov. 2016].

Disponível em:

<http://www.aerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/download/8/7>.

TOGNOLI, Natália [et al.]

2013 Diplomats as a methodological perspective for archival knowledge organization. *North American Symposium on Knowledge Organization* [Em linha]. 4:1 (2013) 204-212. [Consult. 21 nov. 2016].

Disponível em: <http://doi.org/http://dx.doi.org/10.7152/nasko.v4i1.14661>.

UPWARD, Frank

1996 Structuring the records continuum. Part one: postcustodial principles and properties. *Archives and Manuscripts* [Em linha]. 24:2 (1996).

Disponível em:

<http://www.infotech.monash.edu.au/research/groups/rcrg/publications/recordscntinuum-fuppi.html>.